

07-10-25

SEB

97 TC-004577.989.24-7

Câmara Municipal: Pedra Bela.

Exercício: 2024.

Presidente: Vanderlei Lopes da Silva.

Procurador de Contas: João Paulo Giordano Fontes.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. CÂMARA MUNICIPAL. CUMPRIMENTO DOS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. TEMPESTIVIDADE DAS INFORMAÇÕES AO SISTEMA AUDESP. DETERMINAÇÃO. RECOMENDAÇÕES. REGULARIDADE, COM RESSALVAS.

2024 - CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA BELA	População:	6.718
Título	Situação	Ref.
Despesa Total – CF. art. 29-A (3,5 a 7% sobre a receita do ano anterior - RTA)	3,83%	7%
Despesa com folha de pagamento – CF. art. 29-A, § 1º	56,51%	70%
Despesa com pessoal e reflexos – LRF art. 20, III, “a” (RCL)	2,05%	6%
Subsídios dos Agentes Políticos (Presidente) - CF. art. 29, VI (20 a 75% do subsídio dos Deputados Estaduais)	11,14%	20%
Quantidade de Vereadores – CF. art. 29, IV	9	9
Mapa das Câmaras – população até 15.000 habitantes	Situação	Mediana
Despesa liquidada com pessoal e custeio <i>per capita</i>	R\$ 131,99	R\$ 194,02
Relação percentual da despesa sobre a receita própria municipal	32,41%	24,68%
Outros Indicadores		
Duodécimos recebidos	R\$ 1.218.999,96	
Execução Orçamentária – relação percentual dos duodécimos devolvidos sobre o valor dos repasses financeiros recebidos	R\$ 232.484,33	19,07%
Demais apontamentos		
Recolhimento dos encargos sociais	Em ordem	
Repasse de duodécimos	Sem atrasos/Em ordem	
Pagamento de verba de gabinete ou assemelhada	Não	
Pagamento de sessões extraordinárias	Não	
Quadro de Pessoal – Relação população/vagas providas	959	
Quadro de Pessoal – Relação quadro comissionado/vereador	0,22	
Fiscalizada por UR-03 – Unidade Regional de Campinas ¹		

¹ Localização do Legislativo e Mapa das Câmaras:

MPC: Regularidade

1. RELATÓRIO

1.1 Em exame as contas da **CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA BELA**, exercício de **2024**.

1.2 A **Fiscalização**, na conclusão de seus trabalhos (evento 47.49), apontou ocorrências, tendo a **Câmara Municipal** apresentado justificativas (evento 62), conforme a seguir:

Repasses financeiros recebidos e devolução

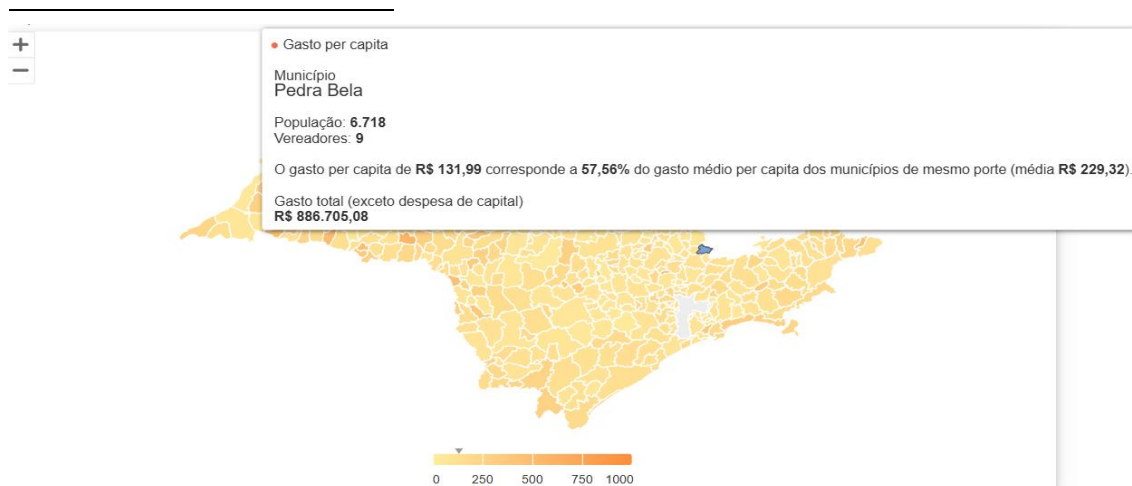
Apontamento(s): - as devoluções de duodécimos equivaleram a 19,07% do valor recebido e não observaram as orientações do Comunicado SDG nº 26/2023.

Resposta(s): Alegou, tendo em vista a Câmara ocupar dependências da Prefeitura Municipal, a existência de planejamento para a mudança de sua sede para outro imóvel, não encontrado no exercício, motivo pelo qual as devoluções não foram realizadas periodicamente.

Elaboração do planejamento municipal; e Acompanhamento das políticas públicas municipais

Apontamento(s): - embora as audiências públicas tenham sido divulgadas por meio do Diário Oficial e do *site* do Legislativo, a participação popular foi bastante reduzida;

- a Câmara informou que não dispõe de setor/comissão responsável pelo acompanhamento da execução do orçamento e das políticas públicas pelo Poder Executivo, deixando de exercer



sua competência constitucional de controle externo.

Resposta(s): Noticiou tanto a realização de treinamento dos vereadores para que estes incentivem a população a participar das audiências públicas, quanto a busca por meios mais amplos e eficientes de divulgação.

Informou que vem estabelecendo, juntos aos vereadores, rotinas de acompanhamento da execução orçamentária e das políticas públicas do Município.

Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e recomendações/determinações do TCESP

Apontamento(s): - entregas intempestivas de documentos/informações ao Sistema Audesp, em descumprimento à Lei Orgânica e às Instruções deste Tribunal;
- atendimento parcial às recomendações exaradas em exercícios anteriores.

Resposta(s): Afirmou que foi solucionada a falha nas entregas ao Sistema Audesp, após a admissão de nova contadora ao quadro do Legislativo.

1.3 O Ministério Público de Contas manifestou-se pela aprovação dos demonstrativos (evento 82), prescrevendo a adoção de providências para o exato cumprimento da lei.

1.4 Contas anteriores:

2023: Regulares, com ressalvas, recomendando à Câmara que incentive a participação popular nos debates dos planos orçamentários; e promova a devolução de duodécimos com a periodicidade prescrita no Comunicado SDG nº 26/2023 (TC-04858.989.23, Relator Conselheiro Marco Aurélio Bertaiolli – trânsito em julgado em 25-09-24).

2022: Regulares, com ressalvas, acolhendo as recomendações propostas pelo MPC (TC-004624.989.22, Relator Conselheiro Antonio Roque Citadini – trânsito em julgado em 10-04-24).

2021: Regulares (TC-006288.989.20, Relator Conselheiro Robson Marinho – trânsito em julgado em 01-06-23).

É o relatório.

2. VOTO

2.1 Os autos (eventos 25.6 e 25.45) informam que a despesa total do Legislativo foi de R\$ 986.515,67, correspondente a 3,83% da receita tributária ampliada do exercício anterior do Município (R\$ 25.755.224,23), abaixo, portanto, dos 7% permitidos pelo artigo 29-A, I, da Constituição Federal, diante do número de habitantes (6.718).

A despesa com folha de pagamento, para os fins do § 1º desse dispositivo constitucional, foi de R\$ 688.895,35, equivalente a 56,51% da transferência da Prefeitura (R\$ 1.218.999,96), inferior, deste modo, ao limite máximo admitido de 70%.

O Legislativo despendeu R\$ 776.750,84 com pessoal e reflexos, importância que representa 2,05% da receita corrente líquida do Município (R\$ 37.950.047,69).

A Fiscalização não constatou ocorrências relevantes nos resultados financeiro, econômico e patrimonial, tampouco na gestão dos encargos incorridos no exercício.

O **repasso de duodécimos** transcorreu conforme previsto, cabendo à Prefeitura a devolução de R\$ 232.484,33, correspondente a 19,07% do montante repassado.

Sobre a matéria, embora possa ser acolhida a justificativa ofertada, **recomendo** à Câmara que efetivamente adote o procedimento de devoluções periódicas dos saldos duodecimais, em especial quando constatar que sua estimativa orçamentária supera as reais necessidades do período.

Não se verificou, no exercício, concessão de revisão geral anual aos subsídios dos agentes políticos, nem pagamento de verbas de gabinete, sessões extraordinárias ou outros assemelhados.

As demais impropriedades, a despeito das justificativas apresentadas, demandam **determinação e recomendações** para o

aperfeiçoamento da gestão e prevenção de recorrências, lançadas no dispositivo deste voto.

2.2 Diante do exposto, voto pela **regularidade** das contas da **Câmara Municipal de Pedra Bela**, exercício de 2024, nos termos do artigo 33, II, da Lei Complementar estadual nº 709/93, com a quitação do responsável, Vanderlei Lopes da Silva, à vista do artigo 35 do mesmo diploma legal.

Não obstante o julgamento favorável, **determino** ao Legislativo que entregue ao Sistema Audesp documentação fidedigna e tempestiva, dando fiel cumprimento à Lei Orgânica e às Instruções deste Tribunal de Contas.

Recomendo, ainda, que:

- formule a estimativa de suas despesas com maior precisão orçamentária, e, quando for o caso, devolva as sobras duodecimais na periodicidade prescrita no Comunicado SDG nº 26/2023;
- incremente os mecanismos de atratividade para a população efetivamente participar das audiências públicas destinadas ao debate das peças orçamentárias;
- observe as competências constitucionais legislativas² e institua regimento para a criação e/ou funcionamento de comissão responsável pelo acompanhamento da execução orçamentária e das demais políticas públicas previstas, com a formalização dos procedimentos dessas análises, de modo a evitar reincidência nessa imperfeição;
- atenda às decisões desta Corte de Contas.

² Art. 37 [...].

§ 16. Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei.

[...].

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

§ 1º Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados:

[...];

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões do Congresso Nacional e de suas Casas, criadas de acordo com o art. 58.

Encaminhe-se, por ofício, cópia do acórdão e das notas taquigráficas ao atual Presidente da Câmara para adoção das providências necessárias ao exato cumprimento da decisão desta Corte.

A Fiscalização deverá verificar na próxima inspeção a efetiva adoção das medidas noticiadas e recomendadas/determinadas nos autos.

2.3 Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2025.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

CONSELHEIRO